

## Os próximos quatro anos: Previsões políticas

Por Tom Barry, Laura Carlsen e John Gershman | 8 de março de 2005

*(Este informe político é o primeiro de uma série de relatórios pós-eleitorais preparados pela equipe do IRC. Ele será complementado por relatórios regionais, que irão cobrir tópicos como a situação atual e futura das relações entre os Estados Unidos e a América Latina e Caribe e entre os EUA e a Ásia. Estamos também preparando um relatório político que vai prescrever, como contribuição do IRC à discussão pública, princípios e reformas necessários para redirecionar os planos de política externa, econômica e de segurança dos EUA que, atualmente, seguem um curso perigoso. Esse anteprojeto político irá recomendar reformas pragmáticas que irão servir melhor os interesses dos EUA e sua segurança, bem como ajudar a restaurar o respeito pelos Estados Unidos, como um líder e parceiro global responsável.)*

O candidato George W. Bush, durante a campanha eleitoral de 2000, formulou um plano de ação política que estava, em grande medida, em conformidade com o conservadorismo moderado e o realismo de política externa do governo de seu pai, o ex-presidente George H. W. Bush. Na prática, o primeiro governo do atual presidente Bush acabou seguindo uma agenda política radical, que objetivou afastar as políticas interna e externa dos EUA de todos os modelos de política liberal.

Na política econômica, o governo rejeitou as noções de uma administração sociodemocrata do capitalismo, em favor de políticas que satisfizessem os interesses de curto e médio prazo da “América Corporativa” [as grandes corporações do país]. Na política social, a visão dos conservadores sociais e dos religiosos de direita tornou-se o sistema de referência favorito do governo Bush, para a interpretação dos males sociais. A Casa Branca de Bush aderiu à guerra cultural que propaga a crença de que os valores fundamentalistas cristãos-judaicos devem guiar as políticas interna e externa dos EUA. O princípio liberal, que defende a separação da igreja do estado, foi rejeitado, em favor da retórica e de iniciativas políticas que levaram a religião não só para a esfera pública, mas também para dentro do próprio governo.

Na política externa, o primeiro governo de George W Bush quebrou a promessa de campanha eleitoral do então candidato Bush de se aproximar mais dos países aliados, num processo de consultas mútuas, e de adotar uma postura mais humilde nos *affairs* internacionais. Em vez disso, o governo Bush se voltou contra um conjunto de tratados internacionais, por considerá-los barreiras às opções militares dos EUA e aos interesses da “América Corporativa”. A equipe de política externa do governo Bush não aderiu às discussões sobre as propostas de reforma do multilateralismo, que precisa se tornar mais eficaz. Em vez disso, adotou o antimultilateralismo, que tornou um imperativo de seu comprometimento ideológico com a supremacia dos EUA no mundo, atacando tratados e fóruns internacionais que escapam do controle do governo.

O assalto a todos os vestígios de liberalismo político—do multilateralismo ao dismantelamento efetivo das reformas do “New Deal” [o “Novo Pacto” socioeconômico de Franklin Roosevelt] dos anos 30 e das reformas da “Nova Política” dos anos 60 e 70—vai continuar no segundo termo do governo Bush, a um passo mais acelerado. Os quatro principais grupos de pressão, que operam nos bastidores do governo, incluem a ala ideológica, a direita religiosa e os neoconservadores; e no lado material, as elites da “América Corporativa” e os advogados do militarismo do complexo militar-industrial. Apesar de cada grupo de pressão colocar em campo seus próprios institutos especializados em política, todos os quatro setores são representados nas maiores instituições de pesquisa e estudos (think tanks) e fundações da direita, tais como o “American Enterprise Institute” (Instituto Empresarial Americano) e a “Foundation for Defense of Democracies” (Fundação para a Defesa de Democracias).

A agenda política radical do governo Bush é um produto da ascensão da Nova Direita, os neoconservadores, e da coalisão “Guerra Fria” dos anos 70, que foi o berço da “Revolução Reagan”. Esses radicais acreditam que a chamada “Revolução Reagan”, embora tenha obtido ganhos importantes ao redirecionar o discurso político para a direita, não cumpriu o prometido. Os artífices políticos, ideólogos e estrategistas que cercam o presidente Bush vão, durante o seu segundo governo, forçar um golpe final nas “instituições liberais”. O governo, apelando a seu tão apregoado “mandato” eleitoral, vai atacar todas as manifestações de “liberalismo”, tanto em política



---

interna como na conduta da política externa e militar dos Estados Unidos.

Essa agenda política não somente vai impulsionar reformas radicais, que objetivam varrer do mapa todos os vestígios das reformas liberais dos anos 30 e 40, mas também vai buscar eliminar da burocracia do governo dos EUA e do sistema jurídico todos aqueles que se oponham a esse projeto. E terá como alvo todos os centristas, liberais e progressistas em organizações não governamentais, por suas supostas posições antipatrióticas e partidárias. Ao mesmo tempo, o governo dos EUA vai fazer um jogo duplo com respeito a instituições e mecanismos intergovernamentais: enfraquecer a capacidade de atuação daqueles que se empenham em limitar o poder dos Estados Unidos, enquanto fortalece presença e influência de consultores de organizações não governamentais e grupos de pressão que dão suporte ao projeto do governo Bush dentro desses fóruns multilaterais.

## Implicações específicas de política externa:

As políticas externa, militar e econômica do segundo governo de George W Bush terão, provavelmente, repercussões em todo o mundo. Nenhuma região ou país escapará de ser afetada pelos propósitos do novo governo de reestruturar a ordem global, em linha com seu próprio senso de superioridade moral dos Estados Unidos e confiança no poderio militar do país. Algumas das principais repercussões irão incluir o seguinte:

- A grande estratégia dos EUA para reestruturar o Oriente Médio continuará sendo fundamental para a política externa do país e, provavelmente, será perseguida a um passo mais rápido.
- O multilateralismo vai continuar sofrendo desgastes, tanto como um processo quanto como um princípio para a resolução de problemas que ameaçam a segurança e o progresso internacional. O presidente Bush e seus conselheiros de política externa encaram os instrumentos multilaterais de atuação global acima de tudo como um empecilho aos interesses nacionais dos Estados Unidos. Apesar disso, os EUA irão, ocasionalmente e por oportunismo, apelar a fóruns multilaterais para endossar ou dar suporte a suas políticas, especialmente se for o caso de induzir um compartilhamento do ônus gerado pelas iniciativas lideradas pelo país.
- A ocupação do Iraque não vai levar esse país à democracia e à liberdade, como a Casa Branca afir-

ma. É improvável que o novo governo Bush irá, pelo menos nos seus dois primeiros dois anos, admitir seus erros e terminar a ocupação militar do Iraque, apesar dos altos custos financeiros e humanos e da crescente oposição em casa e no exterior.

- A reforma dos serviços de inteligência não vão melhorar as operações dos setores responsáveis por rastrear ameaças reais à segurança nacional dos EUA. É mais provável que as principais figuras da nova equipe de política externa, incluindo o próprio presidente, vão continuar avaliando e administrando as operações de inteligência não em termos de sua precisão, mas, mais exatamente, em termos de sua coerência com a doutrina de segurança nacional dos EUA, de seu suporte às necessidades do complexo militar-industrial e de seu suporte ao projeto político e militar do governo.
- O Departamento de Estado e a CIA vão se tornar ainda mais subservientes ao Pentágono e ao gabinete do vice-presidente, Dick Cheney. Vozes dissidentes serão ignoradas ou suprimidas.
- À medida que a crise orçamentária dos EUA se agrava, o governo vai reduzir os fundos para apoio ao desenvolvimento e assistência humanitária a outros países, a não ser que tais ações sirvam para promover os objetivos de política externa ou militares do país.
- A divisão global entre o governo dos Estados Unidos e outras nações vai se aprofundar e continuará a depender de coalizões que os Estados Unidos constroem com nações que sejam ideologicamente alinhadas (tal como a Itália), sejam impelidas primariamente por oportunismo econômico (tal como o Japão), compartilhem um senso de uma ordem anglo-americana mundial (Grã-Bretanha, Austrália), se disponham a promover os planos dos EUA regionalmente (tal como a Colômbia), que sejam nações repressivas que se tornaram novos protetorados na guerra ao terror (tal como o Paquistão e o Uzbequistão) ou países que apelam a prerrogativas imperiais ou hegemônicas em suas regiões (tal como Israel e Rússia).
- O governo Bush e os neoconservadores vão visar países que representam ameaças reais ou potenciais à supremacia dos EUA—Irá, Coreia do Norte e China. Esses países irão, provavelmente, tomar atitudes ativas para desenvolver maior capacidade para desencorajar ações militares contra eles, o que certamente vai agravar a proliferação de armas e reduzir a vontade

---

das nações de chegar a acordos para o desarmamento.

- A política externa do governo Bush vai continuar comprometido com planos de forçar mudanças de regime em outros países, o que pode ser efetivado por uma combinação de intervencionismo militar, político e econômico em nações como Cuba e Síria.
- O novo governo Bush vai favorecer uma política energética mais agressiva, para garantir suprimentos de petróleo na África, Oriente Médio e Ásia Central e vai intensificar esforços para abrir áreas de exploração nos próprios Estados Unidos, tais como no Refúgio Nacional de Fauna Selvagem no Alasca.
- O déficit comercial e o déficit orçamentário dos Estados Unidos (e os valores insustentáveis do dólar) continuarão a ser problemas que poderão minar a posição global dos EUA e ameaçar, progressivamente, o frágil estado da economia internacional. Pressões da Europa e de instituições financeiras internacionais, para que os Estados Unidos reestruturem suas políticas econômicas, vão intensificar os atritos internacionais. Vão aumentar as pressões para que o governo dos EUA reestruture suas políticas de economia doméstica, aumentando impostos, cortando gastos e elevando as taxas de juros. Apesar de se agarrar ao compromisso com o unilateralismo e com a posição de hegemonia dos EUA no mundo, o segundo governo de George W Bush terá de enfrentar uma situação incômoda: a dependência da economia dos EUA de fluxos de capital estrangeiro, para fazer face ao encargo sem precedentes do endividamento acumulado por Washington.
- Apesar do peso da questão Israel-Palestina nas tensões do Oriente Médio vir a manifestar sua realidade, o governo Bush não vai retirar seu apoio aos linhas-duras de Israel, a não ser que os próprios israelenses tracem um novo curso político.
- As autoridades do comércio exterior dos EUA vão intensificar sua campanha para estabelecer acordos bilaterais e regionais de comércio internacional, mas o governo dos Estados Unidos vai resistir a todas as propostas de comércio e investimento que não sirvam aos interesses diretos das corporações do país. O governo Bush não é um defensor da filosofia de livre comércio. Mas vê o “livre comércio” como um instrumento que pode servir para impor os interesses da “América Corporativa” ao mundo. É provável que o unilateralismo da Casa Branca de Bush venha a minar o processo de administração da economia mundial,

atualmente incorporada por instituições como a Organização Mundial do Comércio e fóruns como o G7-8.

- Os democratas e republicanos no Congresso vão permanecer unidos em torno de um projeto bipartidário que promova uma visão estadunidense do mundo, através da ajuda política [canalizada para organizações e movimentos através do Fundo Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy) e da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID—U.S. Agency for International Development)], bem como através de propaganda e da diplomacia. Durante o segundo governo de GW Bush, a estrutura do “globalismo democrático” vai servir, como tem sido desde o início da década de 80, de argamassa de uma política externa bipartidária, que fornece um fundamento liberal para o intervencionismo militar e político em todo o mundo.

## Reações de partidos políticos e governos

O primeiro governo de GW Bush chegou ao poder em 2001 com a convicção de que deveria construir uma nova política externa e militar, em conformidade com as realidades de um mundo unipolar. É provável que o segundo governo de GW Bush, apesar dos reveses no Iraque, vai manter essa visão básica do mundo. No entanto, existe a possibilidade de que tal postura dos EUA vai estimular a emergência de um mundo mais plurilateral, no qual um equilíbrio regional reajustado do poder político, econômico e diplomático oferece uma visão nova e positiva de relações internacionais cooperativas. Alternativamente, divisões profundas em assuntos internacionais poderiam gerar relações mais anárquicas, competitivas e conflituosas entre as nações e dentro delas.

- O Partido Democrata oferece pouca ou nenhuma liderança em assuntos de segurança nacional, focalizando-se, em vez disso, em políticas internas e questões econômicas mundiais, que elevam o potencial de construção de forças eleitorais e coalizões para fazer oposição à Casa Branca. Assim, o governo Bush pode contar com um interesse reduzido do público e da mídia em política externa.
- As demais nações têm se mostrado, até aqui, relutantes em se opor à hegemonia global e liderança política dos EUA. É provável que um segundo governo de GW Bush vai incitar uma nova determinação das demais nações, grandes e pequenas, de confrontar os

projetos dos EUA em desacordo com a legislação internacional e regras do multilateralismo—ou que as desafiem intencionalmente. Gradualmente, podemos esperar um contra-ataque mais unificado e claramente articulado aos planos dos EUA por parte de blocos equivalentes de nações que insistem na importância dos tratados internacionais, reafirmam a primazia da diplomacia na resolução de questões de segurança e formam um consenso de política em torno de soluções para o estado precário da economia mundial e do empobrecimento de muitas nações e comunidades. Mas a supremacia militar dos Estados Unidos vai permanecer sem contestação em qualquer novo equilíbrio de poder que possa emergir.

- Parece crescer na América Latina (Venezuela, Brasil e Uruguai) a corrente política contrária ao regime cada vez mais direitista dos EUA. Aliados da guerra dos Estados Unidos no Iraque perderam eleições (notavelmente, na Espanha), mas alguns partidários ganharam (Howard, na Austrália, Arroyo, nas Filipinas), o que sugere que enquanto a Europa é um centro da oposição, essa oposição, por razões ideológicas e oportunistas, não é uniforme.
- A Coalisão de Cancun que se opôs a Washington e à União Européia no encontro da Organização Mundial do Comércio, em 2003, ainda tem de demonstrar resistência como um bloco com poder alternativo de países em desenvolvimento nas negociações de comércio internacional.
- Questões relacionadas ao planeta, particularmente as que se referem à mudança do clima no globo, podem levar governos interessados e uma inquieta comunidade transnacional de ativistas e cidadãos a comporem uma força com poder e vontade de confrontar o governo Bush. Se isso acontecer, o segundo governo Bush terá sérias dificuldades de varrer esse assunto para debaixo do tapete.

## Reações dos movimentos mundiais de defesa da cidadania

O ativismo pela cidadania, encabeçado por grupos progressistas e liberais, tem sido aclamado como a “outra superpotência mundial” e como a principal fonte de pensamento inovador e construtivo sobre soluções para os desafios prementes do século XXI, relacionados com segurança transnacional, desenvolvimento, governabilidade e meio ambiente. A tênue sustentabilidade dos dois maiores movimentos transnacionais de cidadania—um se opondo à globalização conduzida pelas grandes corpo-

rações e outro se opondo à Guerra dos EUA contra o Iraque—criou algum ceticismo sobre o poder real e coerência política desses movimentos. Apesar de tudo, é provável que os movimentos progressistas e liberais de cidadania, interligados mundialmente, irão se reagrupar, eventualmente, e irão se beneficiar de suas experiências na elaboração e implementação de seus projetos globais.

Apesar de castigados pelas próprias inconsistências, diferenças e lapsos de atenção de curto prazo, a organização transnacional pela cidadania pode surgir, novamente, como uma força que o segundo governo Bush não poderá ignorar—especialmente se esse ativismo encontrar denominadores comuns com governos, partidos políticos, organizações comunitárias e setores empresariais que compartilhem preocupações sobre os impactos da claridade moral e do poder militar mal interpretados e mal direcionados dos Estados Unidos. Em curto prazo, entretanto, o movimento mundial de defesa da cidadania terá de superar uma quantidade de deficiências e obstáculos, antes que possa, sozinho ou através de coalizões, constituir um forte contrapeso à temerária busca de hegemonia dos EUA pelo governo Bush.

- Há uma perigosa possibilidade de que a oposição política internacional ao segundo governo Bush se torne menos visionária, menos proativa e mais reativa. Essa tendência já se evidenciou durante o primeiro governo de GW Bush, quando a predominância das questões de segurança nacional estreitaram o discurso político e desprezaram os esforços que buscavam novas diretrizes de política pública. Essa tendência será ainda mais pronunciada agora, quando as forças de centro-esquerda se encontram numa situação mais polarizada e defensiva—lutando desesperadamente para agarrar-se a reformas nas áreas de direitos civis, direitos da mulher, programas sociais, legislação ambiental, direitos humanos, etc., que se tornou uma característica distintiva de uma sociedade estadunidense mais esclarecida e mais participativa. Além disso, essa resposta defensiva e reativa poderia levar ao abandono de esforços iniciados na década passada para desenvolver alternativas construtivas e criar novos projetos para o século XXI, a partir da perspectiva de uma sociedade civil interligada internacionalmente.
- Seria uma grande perda se a grande quantidade de movimentos mundiais de ativismo em defesa da cidadania que, atualmente, voltam-se para questões de desenvolvimento, segurança, justiça e meio ambi-

ente redirecionassem suas atividades para atacar, exclusivamente, questões antiamericanas e antiimperialistas. Apesar de tal resposta servir para canalizar muito da indignação desencadeada pela arrogância e militarismo do governo dos EUA, a retirada da ênfase na criação de alternativas nacionais e internacionais viáveis para as estruturas políticas e econômicas dominantes poderia desviar, seriamente, os movimentos civis da sociedade de sua finalidade de promover novos projetos, para enfrentar ameaças tradicionais e não tradicionais à paz, igualdade, desenvolvimento e sustentabilidade.

- Maiores esforços de ativistas da cidadania para desenvolver um movimento mundial contra a guerra, dirigido contra as invasões e ocupações dos Estados Unidos, podem resultar no ressurgimento de atividades antiguerra, voltadas contra o governo Bush e seu pequeno círculo de aliados. Mas se os esforços se concentrarem apenas nesse foco, a energia e os recursos devotados à oposição à guerra e ao imperialismo vão, provavelmente, levar à redução de esforços direcionados para novos projetos, que possam levar a uma paz mais duradoura—tais como projetos de políticas públicas destinados a criar organismos multilaterais igualitários, controlar corporações transnacionais e construir uma comunidade internacional mais multidimensional e progressiva, com o envolvimento de governos, empresas e sociedade civil, unidos em torno de princípios de desenvolvimento sustentável e compromisso internacional construtivo.
- A dissipação rápida de campanhas internacionais gigantescas, em oposição à invasão do Iraque, demonstrou que mesmo protestos vigorosos e generalizados nem sempre podem superar a combinação de patriotismo belicoso, nacionalismo e impotência que se estabelece depois de ofensivas militares. Oponentes veteranos do intervencionismo liberal (Sudeste da Ásia), bem como do intervencionismo neoconservador, da direita (América Central), vão se recordar que aqueles movimentos persistiram por vários anos—mais de uma década, no caso do Vietnã—antes que a sociedade, como um todo, reconhecesse o caráter criminoso e estúpido de tal intervencionismo militar.
- É improvável que um movimento antiguerra renovado tenha algum impacto no governo Bush, a não ser que se torne um movimento de grandes proporções, que inclua setores vitais dos Estados Unidos (incluindo o eleitorado de Bush) e as próprias unidades militares. Mas desde as mobilizações antes da invasão do

Iraque, o movimento mundial contra a guerra perdeu respaldo e credibilidade e limitou seu alcance ao ignorar a necessidade real de ações policiais e militares agressivas contra redes terroristas internacionais (primariamente, islâmicas).

- Além disso, alguns dos principais atores do movimento antiguerra, tanto nos Estados Unidos como em outros países, distanciaram mais o movimento das preocupações e interesses do público em geral, ao inserir, muitas vezes, num quadro de solidariedade para com os militantes iraquianos, em vez de se mantê-lo na esfera da defesa dos princípios contra a guerra ilegal e a ocupação destrutiva. Se um movimento, cujo principal foco é a presença dos EUA no Iraque, se destina a retirar a política externa e militar dos Estados Unidos de seu curso radical e ilusório, ele deveria se projetar como um movimento pela paz, destinado a dificultar a ação de personagens que recorrem, primariamente, a recursos militares para concretizar seus objetivos políticos. Sinais desse movimento pela paz, voltado contra a ocupação, já estão surgindo.
- Organizações políticas sem fins lucrativos, fundações e grupos ativistas, especialmente aqueles à esquerda do centro, provavelmente passarão a sofrer maior investigação, coação, repressão, espionagem e corte de verbas promovidos pelo governo.
- Em vez de canalizar múltiplas energias para uma postura defensiva, de forma limitada, um movimento mundial da cidadania renovado deve opor-se ao projeto Bush com um projeto alternativo coerente. O projeto Bush foi forjado por uma instável mas bem-sucedida coalisão de neoconservadores, conservadores sociais, libertários econômicos e militaristas, que misturaram ideologias, teologias e políticas radicais num plano aparentemente coerente de ação para a nação e para o mundo.
- A centro-esquerda não dispõe de qualquer coisa parecida com um projeto alternativo, que integre questões culturais, éticas, econômicas, sociais, políticas e de segurança. As forças liberais e progressistas têm se organizado, tipicamente, em torno de questões únicas, em vez de se sustentar numa estrutura global de política, que una projetos de política interna e externa em torno de princípios que possam chamar a atenção. Esse desequilíbrio não é, de maneira alguma, inteiramente devido a falhas intelectuais ou políticas dos reformistas de centro-esquerda. As forças da globalização corporativa dizimaram algumas das principais organizações, notavelmente as trabalhistas,

---

dedicadas a projetos de reforma social-democrática, que poderiam levar o poder do governo e do povo a se contrapor ao poder do capital. Num fenômeno correlato, o capital transnacional, reagindo aos desafios populares dos anos 60 e 70, tornou-se politicamente mais astuto, não apenas em termos de financiamento de campanhas políticas, mas também por financiar uma infra-estrutura de institutos de política, redes de reformas jurídicas, centros de estudos e coalizões nacionais, que propagam a ideologia do liberalismo econômico e da busca irrefreável do lucro, ao mesmo tempo em que equacionam individualismo, materialismo e mercados com religiões tradicionais e valores éticos.

- Nesse contexto, se os radicais de direita tiverem de enfrentar reveses importantes, isso será consequência mais de seus próprios excessos e divisões do que da coesão filosófica de qualquer estrutura alternativa de política ou da força profundamente enraizada de uma oposição de centro-esquerda unida. Nesse caso, qualquer revés experimentado pela direita radical será apenas temporário.

---

*Essa análise política foi escrita por três diretores do programa do IRC: Tom Barry, Laura Carlsen e John Gershman. Barry é diretor de Política do IRC, Carlsen dirige o Programa das Américas do IRC e Gershman é co-diretor do Foreign Policy In Focus do IRC, um programa conjunto do IRC e IPS (The Institute for Policy Studies).*

Publicado pelo Programa de Americas do International Relations Center (IRC, em linha em [www.irc-online.org](http://www.irc-online.org)). ©2005. Todos os direitos reservados.

## **The Americas Program**

“Um mundo novo da análise, das idéias, e das opções da política”

Fundado em 1979, o IRC é um centro nonprofit pequeno mas dinâmico dos estudos da política cujo o objetivo overarching seja ajudar forjar uma agenda global nova dos casos para o governo de ESTADOS UNIDOS e povoar um que faz aos estados unidos um líder e um sócio globais mais responsáveis. Para mais informação, visita [www.americaspolicy.org](http://www.americaspolicy.org) ou email [americas@irc-online.org](mailto:americas@irc-online.org).

### Citação recomendada:

Tom Barry, Laura Carlsen e John Gershman, "Os próximos quatro anos: Previsões políticas," Programa de las Américas (Silver City, NM: International Relations Center, 8 de março de 2005).

### Posição da correia fotorreceptora:

<http://www.americaspolicy.org/articles/2005/port-0503previsos.html>

### Informação Da Produção:

Autores: Tom Barry, Laura Carlsen e John Gershman  
Tradução: João DeMelo  
Produção e projeto: Tonya Cannariato, IRC